

**ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOM BOSCO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**CARLA EDUARDA DINIZ
RICARDO FONSECA COSTA**

**A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS ESPORTES PARALÍMPICOS COMO
CONTEÚDO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

RESENDE - RJ

2021

CARLA EDUARDA DINIZ

RICARDO FONSECA COSTA

**A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS ESPORTES PARALÍMPICOS COMO
CONTEÚDO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Monografia apresentada à Associação Educacional Dom Bosco, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Curso de Educação Física, como requisito parcial para a obtenção de Grau de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Monique Moura Ramos

RESENDE - RJ

2021

Catálogo na fonte
Biblioteca Central da Associação Educacional Dom Bosco – Resende-RJ

D585 Diniz, Carla Eduarda
 A importância da inserção dos esportes paraolímpicos como conteúdo das aulas de Educação Física na Educação Básica / Carla Eduarda Diniz; Ricardo Fonseca Costa - 2021.
 39f.

 Orientador: Monique Moura Ramos
 Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à finalização do curso de Educação Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco da Associação Educacional Dom Bosco.

 1. Educação física. 2. Educação básica. 3. Esporte paraolímpico. 4. Currículo. 5. Ensino. 6. Inclusão. I. Costa, Ricardo Fonseca. II. Ramos, Monique Moura. III. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. IV. Associação Educacional Dom Bosco. V. Título.

CDU 796:371.214.1(043)

CARLA EDUARDA DINIZ
RICARDO FONSECA COSTA

**A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DOS ESPORTES PARALÍMPICOS COMO
CONTEÚDO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Monografia apresentada à Associação Educacional Dom Bosco, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Curso de Educação Física, como requisito parcial para a obtenção de Grau de Licenciado em Educação Física.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Monique Moura Ramos
Orientadora

Prof. Dr. Marcelo Guimarães Silva
Avaliador

Prof. Me. Tereza da Glória Roque
Avaliadora

Resende, 17 de novembro 2021

Dedicamos aos nossos familiares, amigos, colegas de turma, professores e especial a orientadora com muito trabalho, suor e abnegação.

AGRADECIMENTO

Agradecemos a Deus por ter nos dado saúde, pelas pessoas que colocou no nosso caminho e pela oportunidade de chegarmos até aqui, que possamos ser merecedores de todas as suas bênçãos.

Nossos agradecimentos também aos familiares e amigos que não mediram esforços para o nosso sucesso, seja com palavras de incentivo e otimismo ao longo dessa jornada.

Aos professores que abdicaram do seu tempo para nos conduzir até esse momento especial em nossas vidas, com orientações, sugestões e muito trabalho.

Em especial, ao Prof. Me. Monique Moura Ramos por ter nos orientado com todo seu conhecimento, sensatez e dedicação.

E por fim a todos os colaboradores da Associação Educacional Dom Bosco e seu corpo docente que estão cumprindo a sua missão.

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda."

Paulo Freire.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo mostrar a importância dos esportes paralímpicos na Educação Básica, através da Educação Física, tendo em vista a incluir as modalidades nas aulas e principalmente o desenvolvimento e a inclusão dos indivíduos através das mesmas. Através de uma revisão de literatura buscaremos argumentos e referências relacionadas ao tema para chegar ao nosso objetivo principal, a inclusão dos indivíduos, do professor junto aos mesmos e das modalidades na escola, trabalhando em conjunto para o desenvolvimento geral dos educandos, no qual é o foco principal deste trabalho em desenvolvimento. Os esportes paralímpicos só passarão a ter a devida importância dentro da escola se forem colocadas em prática, assim, deixando de lado essa dificuldade em incluir os alunos com deficiência nas aulas de educação física, mas, para isso o professor deve ser o mediador dessa tarefa, que acaba se tornando um impasse para tematizar o esporte adaptado como conteúdo, devido a muitos fatores. Para a inserção dos esportes na Educação Básica o principal é, proporcionar o conhecimento das mesmas e colocá-las em prática, modalidades que não requerem tantos recursos (tendo em vista a falta de recursos dentro das escolas) mas que possam despertar o interesse dos alunos e dos demais profissionais, dando um passo importante para a inclusão e dando um passo importante para a prática de outras diversas, buscando meios de realizá-las. Inserindo cada vez mais os esportes paralímpicos na instituição de ensino, trazemos benefícios não só para as aulas de Educação Física, mas para a progresso geral da escola, analisando o impacto positivo que a prática das modalidades podem causar, assim, servindo de espelho para as demais e tornando cada vez mais popular e importante.

Palavras chave: Educação básica. Esportes paralímpicos Educação Física. Inclusão.

ABSTRACT

This research aims to show the importance of sports Paralympics in basic education, through physical education, with a view to include modalities in classes and especially development and inclusion. of individuals through them. Through a literature review we will seek arguments and references related to the theme to our main objective, the inclusion of individuals, the teacher together with the themselves and the modalities at school, working together for the general development of students, which is the main focus of this work in development. The paralympic sports will only have due importance within of the school if they are put into practice, thus leaving aside this difficulty to include students with disabilities in physical education classes, but for this the teacher must be the mediator of this task, which ends up becoming an impasse to thematize the adapted sport as content. For the insertion of sports in basic education, the main thing is, provide knowledge of them and put them into practice, modalities that do not require as many resources (given the lack of resources within the schools) but that can arouse the interest of students and others. professionals, taking an important step towards inclusion and taking a step important for the practice of several others, seeking ways to carry them out. Inserting more and more Paralympic sports into the educational institution, we bring benefits not only to physical education classes, but to progress school, analyzing the positive impact that the practice of sports can cause, thus, serving as a mirror for others and becoming increasingly popular and important.

Keywords: Basic Education. Paralympic sports. Physical Education. Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA1- Competências da BNCC na educação básica.....	13
FIGURA 2 - Gráfico da ascensão do Brasil nas Paralimpíadas.....	17
FIGURA 3 - Aumento do número de matrículas de alunos PCD.....	27
FIGURA 4 - Gráfico da insuficiência de informações sobre o tema para aplicação nas aulas.....	32
FIGURA 5 - Motivos que dificultam a prática de atividades adaptadas em ambiente escolar.....	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo geral.....	12
2.1.1 Objetivo específico.....	12
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	12
3.1 Tipo de pesquisa.....	12
3.1.1 Amostra e população.....	12
3.1.2 Métodos.....	12
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
4.1 Educação Básica.....	12
4.2 Esportes paralímpicos.....	16
4.3 Inclusão.....	19
4.4 Esportes paralímpicos e inclusão.....	20
4.5 Educação física na educação especial.....	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
7 REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Segundo Patatas (2018, p.12) “O esporte para pessoas com deficiência apresenta na atualidade significativo crescimento em diferentes setores da sociedade global, como no esporte de alto rendimento, no lazer, nas políticas de inclusão e saúde pública e na educação”.

Os esportes paralímpicos surgem como uma adequação de um esporte já existente, porém, tem enorme contribuição para o desenvolvimento dos indivíduos PCDs em vários aspectos, e na educação básica não pode ser diferente.

Os esportes paralímpicos além de surgir como alternativa para a inserção dos mesmos nas atividades escolares, surge também como ferramenta para algo muito importante e que se torna fundamental para o desenvolvimento das demais aptidões, que é o relacionamento e o envolvimento dos indivíduos em geral.

De Marco (2015, p.33) coloca: "Mais do que formar atletas, a Educação Física pode contribuir com o desenvolvimento pleno da pessoa, a formação de uma consciência crítica, com o conceito de cidadania e com o próprio desenvolvimento da consciência corporal".

O esporte paralímpico tem como protagonista o atleta com deficiência. Tradicionalmente, os competidores pertencem a seis diferentes grupos no Movimento Paraolímpico. (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS, 2007, versão online)

É possível apontar algumas características próprias do esporte paraolímpico que, além de adaptar práticas para pessoas com deficiências, também cria manifestações originais visando possibilitar novas oportunidades para esses sujeitos (MARQUES, 2009)

Gorgatti (2019, p 22) destaca que as maiores restrições impostas para as crianças e adolescentes com deficiência física não são vindas diretamente da deficiência em si, mas sim da falta de oportunidades e estímulos necessários.

A proposta da presente pesquisa é demonstrar o quão importante é a prática e a inserção dos jogos paralímpicos na educação básica, de que modo isso pode auxiliar no desenvolvimento dos indivíduos e quais são os principais problemas para a não inserção dos mesmos nas aulas de Educação Física.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

A presente pesquisa tem como objetivo abordar a importância dos jogos paralímpicos na Educação Básica, através da educação física, tendo em vista a sua importância para com os educandos.

2.1.1 Objetivos específicos

- Analisar o porquê da não inserção dos esportes paralímpicos nas aulas de Educação Física.
- Inclusão dos esportes paralímpicos no contexto escolar.
- A Escola como principal agente no processo de inclusão.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa de revisão de literatura onde resultará no trabalho de conclusão de curso (TCC). Foram realizadas análises textuais de artigos, livros e revistas, com base no tema do nosso trabalho.

3.1.1 AMOSTRA E POPULAÇÃO

Por se tratar de uma pesquisa de revisão de literatura, não haverá amostra e população para o presente trabalho.

3.1.2 MÉTODOS

Para a realização dessa pesquisa bibliográfica, foram utilizadas as plataformas digitais: Google acadêmico, SciELO e homepages. Além de revistas e livros físicos. A pesquisa ocorreu com base em suas palavras chaves: Educação básica, Jogos paralímpicos, Educação Física e por fim, Inclusão. Para iniciar o desenvolvimento do trabalho, foram selecionados aproximadamente 40 artigos, e finalizamos com 19, datados entre 1990 a 2020.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 EDUCAÇÃO BÁSICA

Se dá pela formação cidadã do indivíduo, no qual o estado e a família tem o dever de promover e incentivar, incluindo os PCD'S, constituída através de três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, nas quais se subdividem de zero a dezoito anos, sendo fundamental para o desenvolvimento do indivíduo em vários aspectos, tais como o aspectos cognitivo, físico, motor, psicológico, cultural e social, além de capacitá-lo para compreender o ambiente social em que estão inseridos e prepara-lo para o ambiente profissional, sendo este fase final do processo de formação (BNCC, 2018, versão digital)

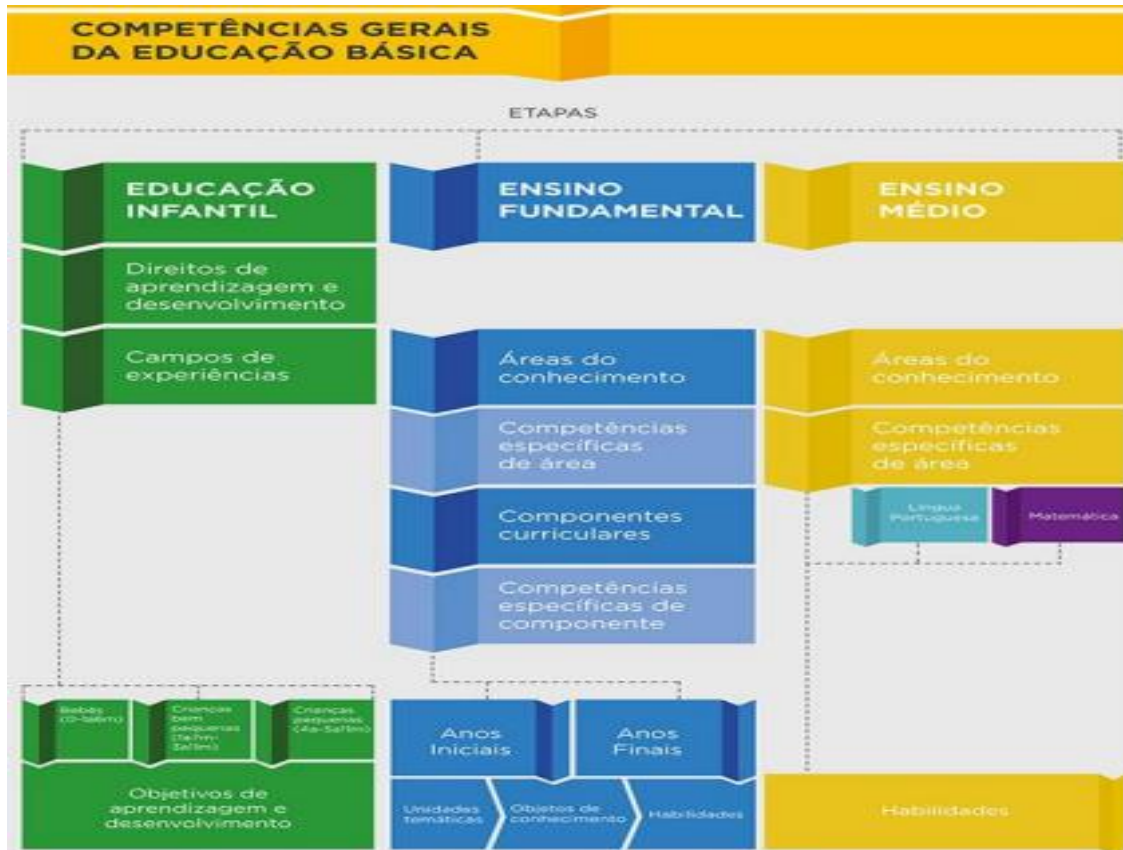
“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (art. 205 da Constituição Federal).

E para o desenvolvimento das diretrizes da Educação Básica, foi criado um documento, a fim de promover o desenvolvimento global dos alunos para serem capazes de contribuir com a formação de uma sociedade igualitária, ética e sustentável, a BNCC, a Base Nacional Comum Curricular.

Alinhado a isso tudo, foram estabelecidas competências que possuem áreas que contribuem para aprendizado e aspectos específicos do indivíduo. A aplicação das competências gerais da BNCC não deve vir somente das instituições de ensino, mas envolve um conjunto, tais como os gestores escolares, professores, alunos, famílias, secretarias de educação e a sociedade em geral..

Competência gerais de forma ampla, conforme texto da BNCC:

Figura 1 - Competências da BNCC na educação básica



Fonte: BNCC; 2018; Versão digital

De acordo com o Plano Nacional de Educação – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, capítulo V da Educação Especial, artigo 58, define Educação Especial como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (BRASIL,1996).

De acordo com a BNCC (2018, versão online, p.27), de forma **aprofundada, seguem** como competências gerais da Educação Básica:

-Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo **físico, social** e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e **processos linguísticos**, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), **colaborando para** a construção de uma sociedade solidária.

-Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das **ciências, incluindo** a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, **para investigar** causas,

elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar **soluções com** base nos conhecimentos das diferentes áreas.

-Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

-Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.

-Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

-Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

-Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.

-Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.

-Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

A primeira versão da BNCC foi publicada em 2015. Em 2017 ocorreu a homologação da BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental e no ano de 2018 foi aprovada a BNCC do ensino médio.

Mazzotta (2003, p. 23) cita que a inclusão da "educação de deficientes", da "educação dos excepcionais" ou da "Educação Especial" na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta no século XX, em tempos bastante tardios .

4.2 ESPORTES PARALÍMPICOS

Suas várias formas de manifestação representam diversas expressões e interpretações culturais, que se adaptam de acordo com as necessidades, expectativas, objetivos e limitações dos sujeitos envolvidos com suas práticas (MARQUES, GUTIERREZ & ALMEIDA, 2006).

Assim foram conceituados os esportes paralímpicos na sociedade, se apresentando de diversas formas, porém, com os mesmos objetivos, a inclusão e seu crescimento e desenvolvimento como indivíduo dentro de uma sociedade. Tais objetivos permanecem até os dias atuais, tendo cada vez mais importância para com os indivíduos, mas, ainda com a escassez da prática das modalidades nas aulas de educação física.

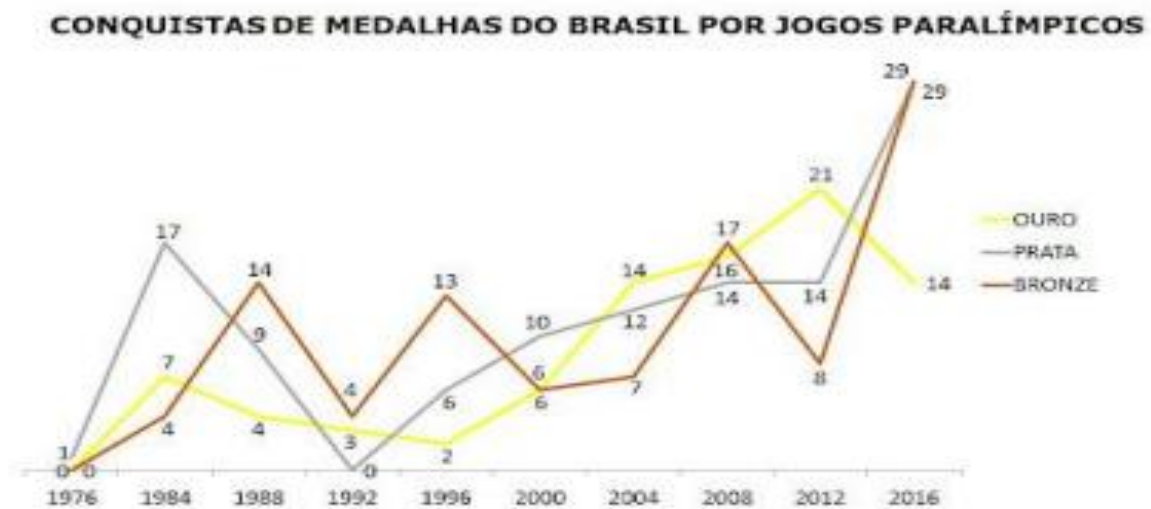
Pode ser praticado em ambientes integrados, em que as pessoas com deficiência interagem com não deficientes, ou em ambientes especiais, nos quais a participação é reservada a tais indivíduos (WINNICK, 2004).

Para COSTA e SOUZA (2004, p.32)

Os Jogos Paraolímpicos são a expressão máxima do desporto de alta competição entre as pessoas portadoras de deficiência. Participam os melhores atletas portadores de deficiência. A estrutura do esporte paraolímpico brasileiro é semelhante à do esporte olímpico. [...] Os Jogos Paraolímpicos são o segundo acontecimento esportivo mundial em termos de duração e números de participantes, e podemos dizer que no momento representam, no nosso entendimento, o maior avanço na área da educação física adaptada

A primeira participação do Brasil em Jogos Paralímpicos aconteceu em 1972, durante os IV Jogos Paraolímpicos na Alemanha, tendo competido somente na modalidade bocha, sem conquista de medalhas (MAUERBERG DECASTRO, 2005).

Figura 2- Gráfico da ascensão do Brasil nas Paraolimpíadas.



Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro; 2020; Versão Digital

Assim, podemos ver a dimensão e influência que os esportes paralímpicos podem ter na vida do indivíduo PCDs, e cada vez mais vemos a necessidade dos mesmos serem introduzidos na fase mais importante da vida dos alunos, não deixando de lado o fator “competitivo”, característicos dos jogos, porém dando total ênfase nos benefícios que esses esportes podem ter o processo de desenvolvimento. Sobre a prática e a evolução do esporte para pessoas com deficiência no cenário internacional.

Doll-Tepper (2007, p. 7) diz que:

Até o fim dos anos 1980 competições esportivas para atletas com diferentes deficiências recebiam pouca atenção do público e da mídia. Isto mudou consideravelmente desde 1988 com os Jogos Paralímpicos de Verão e Seoul, Korea e com a 46 fundação do Comitê Paralímpico Internacional em 1989 . O número de nações e atletas participantes em competições internacionais cresceu, tanto nos Jogos Paralímpicos de Verão como nos de Jogos Paralímpicos de Inverno

Os esportes paralímpicos têm proporcionado além de tudo, experiência na vida do indivíduo PCD, que talvez não fossem vivenciadas em momento algum, e as paraolimpíadas tem grande contribuição.

Segundo PENAFORT (2001, p 11).

Um dos avanços observados em práticas esportivas consideradas inclusivas é a participação de pessoas com deficiência em eventos anteriormente oferecidos somente a atletas sem deficiência, como maratonas, travessias em mar aberto e competições de natação. Um dos aspectos que favorecem a participação das pessoas com deficiência em tais eventos é que não se evidencia a presença de barreiras arquitetônicas comuns em outras modalidades.

Existem registros de aparições do esporte adaptado datados de 1871, na School of Deaf, de Ohio, Estados Unidos, que foi a primeira escola para surdos a oferecer beisebol (WINNICK, 2004).

De acordo com SENATORE (2006) WINNICK (2006)

As primeiras notícias da existência de clubes esportivos para pessoas surdas datam de 1888, em Berlim, Alemanha. Porém, somente em 1924 é que foram realizados, em Paris, França, os primeiros “Jogos do Silêncio”, com a participação de 145 atletas de nove países europeus. Essa foi a primeira competição internacional para pessoas com deficiência.

O esporte paralímpico tem como protagonista o atleta com deficiência. Tradicionalmente, os competidores pertencem a seis diferentes grupos no Movimento Paraolímpico (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS, 2007, versão online):

- Atleta com paralisia cerebral;
- Atleta com lesão medular / poliomielite;
- Atleta com amputação;
- Atleta com deficiência visual;
- Atleta com deficiência intelectual;
- “Les autres” (inclui todos os atletas com alguma deficiência de mobilidade não incluída nos grupos acima).

O esporte adaptado pode ser praticado, tanto no alto rendimento, como na escola, também com propósitos de lazer e de forma terapêutica e de reabilitação, dentro de programas formais, abertos ou não-estruturados (WINNICK, 2004)

É possível apontar algumas características próprias do esporte paraolímpico que, além de adaptar práticas para pessoas com deficiências, também cria manifestações originais visando possibilitar novas oportunidades para esses sujeitos (MARQUES, 2009).

Existem algumas modalidades esportivas exclusivas do esporte paraolímpico, como o “Goalball”, jogado por pessoas com deficiência visual, sem nenhum correspondente direto no esporte olímpico (DUARTE, 2009).

Sendo este o único esporte paralímpico não adaptado. Ele foi desenvolvido especificamente para deficientes visuais e exige silêncio em quadra, por ser baseado na percepção tátil e, principalmente, auditiva.

Além do “Goalball” outras modalidades podem ser inseridas nas aulas de Educação Física, e sem necessidade de grandes recursos, tais como: Vôlei sentado, atletismo, na qual possui inúmeras variações, queimado (em duplas ou sentado), bocha, entre outros. O objetivo é mostrar que podemos incluir os jogos paralímpicos nas aulas, independente da deficiência e das dificuldades.

4.3 INCLUSÃO

Para BRASIL (2001, p.13)

Entende-se por inclusão o direito, a todos, do alcance continuado ao lugar comum da vida em comunidade, comunidade essa que deve estar orientada por ações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica).

Segundo Marchesi e Martín (1995, p.14), essa terminologia, contudo, surgiu na década de 70 e foi divulgada a partir do Informe Warnock, publicado na Inglaterra, em 1974, com o objetivo de deixar para trás termos pejorativos que rotulavam as pessoas deficientes.

Esse documento adotou o conceito de necessidades educacionais especiais e teve grande repercussão internacional.

A esse respeito, Marchesi e Martín (1995, p.12), afirmam:

Ao passo que a concepção baseada na deficiência considerava mais normal a escolarização destes alunos em centros específicos de educação especial, a concepção baseada nas necessidades educacionais especiais vê a integração como a opção normal, sendo extraordinárias as decisões mais segregadas.

Ao passo que a concepção baseada na deficiência considerava mais normal a escolarização destes alunos em centros específicos de educação especial, a concepção baseada nas necessidades educacionais especiais vê a integração como a opção normal, sendo extraordinárias as decisões mais segregadas.

As políticas educacionais em prol da inclusão representaram uma grande conquista, pois além de garantirem os direitos desse alunado, também impulsionaram o movimento, persuadindo os sistemas de ensino a se adequarem às novas orientações legais. (BARBY, 2005).

A inclusão dos alunos na rede regular de ensino iniciou-se nos anos 60, caminhando lentamente até os dias atuais. Porém, Fernandes (2007, p.23) faz uma observação:

Paralela e contraditoriamente ao avanço da inclusão, uma rede de escolas especializadas, de caráter segregacionista, cresceu e se consolidou durante o último século em muitos países, inclusive no Brasil, mantendo acesa uma importante discussão a respeito do processo de seleção ou avaliação das deficiências e das potencialidades desse alunado.

E a partir deste período, foram criadas algumas leis de extrema importância que garantem o indivíduo PCD inserido na Educação Básica. De acordo com o MEC (2017/2018), versão digital, são elas:

Lei 5.692, de 1971: Foi feita na época da ditadura militar (1964-1985). O texto afirma que os alunos com deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial.

O artigo 208, de 1988, da Constituição Federal que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”

Lei 8.069, de 1990: Mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nº 8.069 garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.

Lei 10.172, de 2001: O Plano Nacional de Educação (PNE) anterior, criticado por ser muito extenso, tinha quase 30 metas e objetivos para as crianças e jovens com deficiência. Entre elas, afirmava que a Educação Especial, “como modalidade de Educação escolar”, deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência” era uma medida importante.

Sobre a Educação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”. (RESOLUÇÃO CP, 2001)

4.4 ESPORTES PARALÍMPICOS E INCLUSÃO

O esporte adaptado consegue dar um sentido para a vida de vários atletas, além disso desempenha o papel de incluir a percepção de competência e identidade pessoal, identidade está como atleta e não como deficiente físico (BRAZUNA; CASTRO, 2001).

Conforme SASSAKI (1999, p. 42)

A educação inclusiva tem como objetivo a construção de uma sociedade para todos, e, assim, sua prática repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação

Aprender através do exemplo é a razão mais importante para o ensino inclusivo, onde o aluno aprenderá valores sociais da igualdade, que apesar das diferenças que é algo existente e importante, e a inclusão reforça a prática de que as diferenças são aceitas e respeitadas. (STAINBACK, 1999).

A inclusão se tornou realidade a partir do momento em que os indivíduos com deficiência começaram a praticar esportes, e este processo se iniciou ainda na década de 50, onde a educação física deu a devida importância aos indivíduos PCD 'S.

Segundo Patatas (2018, p.7) O esporte para pessoas com deficiência apresenta na atualidade significativo crescimento em diferentes setores da sociedade global, como no esporte de alto rendimento, no lazer, nas políticas de inclusão e saúde pública e na educação.

Para Labronici (2000, p.34) .

Participação em diferentes atividades tem recebido a atenção crescente, oferecendo às pessoas com deficiência a oportunidade de experimentarem sensações e movimentos, que frequentemente são impossibilitados pelas barreiras físicas, ambientais e sociais. Dentre estas atividades destaca-se o esporte, muitas vezes já indicado desde a fase inicial do processo de reabilitação

Outro fator importante para a inclusão e para a visibilidade dos jogos paralímpicos junto de seus benefícios foi a criação da Paraolimpíada, evento este que pode atingir positivamente de várias formas o indivíduo portador de necessidades especiais.

A Paraolimpíada é o melhor exemplo do nível de importância atribuído ao esporte adaptado, onde se podem ver exemplos de adaptação e superação de atletas deficientes. (MOURA, 2006).

A mesma é de grande dimensão na vida dos PCDs, e pode ser de grande importância sendo implantada e introduzida no processo de formação, abrindo um leque de possibilidades e principalmente de interesse dos alunos em estar praticando tais modalidades, pois os mesmos tendo essa proximidade e relação com o tema é de grande valia para obter resultados importantes junto ao desenvolvimento de cada um.

Para Mauerberg de Castro (2005, p.17) quem sai ganhando com a inclusão são tanto os alunos com deficiência como os sem deficiência, conforme quadro abaixo:

Tabela 1 - Estudantes com deficiência X sem deficiência

Estudantes com deficiência	Estudantes sem deficiência
Aprendem a apreciar a diversidade humana.	Aprendem a apreciar a diversidade humana.
Adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas.	Reconhecem que o medo e o preconceito emperram a cooperação e a tolerância social.
Demonstram crescente interesse e responsabilidade no trabalho cooperativo.. Dominam o conteúdo acadêmico em contextos mais realistas	Adquirem grande senso de responsabilidade social e assumem atitudes politicamente corretas em diversos níveis, não só em relação à deficiência.

Tornam-se mais independentes na vida adulta: entendem e advogam que são diferentes, mas não inferiores	Assumem papéis sociais inspirados nos direitos humanos; reconhecem conspirações preconceituosas do dia-a-dia
Tornam-se ativistas e sabem reivindicar seus direitos; reconhecem os direitos humanos de outras minorias.	Tornam-se mais maduros e mais conscientes. Entram na vida adulta com valores menos volúveis; desenvolvem atitudes e princípios mais coerentes.

Fonte: Lopes, Andreia. Educação física escolar e o contexto inclusivo: o que pensam os educandos sem deficiência? 2008.

Costa e Sousa (2004, p.5), enfatizam que é preciso romper com a atual organicidade escolar, buscar novos princípios filosóficos como diretriz para a Educação/Educação Física, e é na diferença que ocorre a compreensão dos seus limites e possibilidades.

Redimensionar o tempo e o espaço do trabalho escolar e flexibilizar os conteúdos, e ainda aprender a lidar com o ambiente de forma simultânea, que é, em nosso entendimento, o grande desafio para a Educação.

De acordo com Carvalho (1998, p.12) e Oliveira e Poker (2002, p.34)

O paradigma da escola inclusiva pressupõe, conceitualmente, uma educação apropriada e de qualidade dada conjuntamente para todos os alunos – considerados dentro dos padrões da normalidade com os com necessidades educacionais especiais – nas classes do ensino comum, da escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente. Sendo assim, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independente de seu talento, deficiência (sensorial, física ou cognitiva), origem sócio - econômica, étnica ou cultural.

4.5 EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A inclusão escolar é acolher o educando independentemente de suas limitações ou dificuldades, para que todos possam participar juntos da vida escolar (RICARDO, 2005).

E por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria das pessoas com deficiência foram e são excluídas das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997).

Mesmo com uma grande contribuição para o desenvolvimento dos indivíduos, a prática do esporte adaptado na escola ainda não se tornou regular e um dos fatores é o despreparo dos profissionais de Educação Física.

Para Cidade e Freitas (1997, p.12)

A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O Programa de Educação Física quando adaptado ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação.

Os jogos paralímpicos ainda sofrem com a falta de incentivo, os PCDs seguem sem estímulo e se sentem excluídos das atividades. A Educação Física possui um enorme leque de conteúdos que buscam o desenvolvimento do indivíduo, também sendo de grande importância junto aos PCDs. Com base nos conteúdos abordados pela Educação Física na escola as possibilidades são muitas e o professor deve estar preparado para trabalhá-las.

Para Gorgatti (2005, p.31) além da melhora geral da aptidão física, o esporte adaptado auxilia em um enorme ganho de independência e autoconfiança para a realização das atividades diárias, além de uma melhora do autoconceito e da autoestima.

Os jogos paralímpicos quando trabalhados de forma integrada se torna benéfico para os PCDs, seja no processo de inclusão, desenvolvimento motor ou social, e a capacitação dos professores se torna fundamental para contribuir com esse processo de formação.

Bueno e Resa (1995, p.6) afirmam que:

A Educação Física Adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos

Os jogos paralímpicos têm grande contribuição para a inclusão dos indivíduos em âmbito escolar e na sociedade no geral, trazendo grandes benefícios relacionados à melhor aceitação

da deficiência, interação com as pessoas ao seu redor, melhora da aptidão física, independência e autoconfiança. Ainda assim, a prática da atividade física adaptada não se tornou regular nas aulas de Educação Física.

Gorgatti (2009, p.12) afirma que uns dos aspectos de grande importância para o impedimento da prática adaptada na escola é o despreparo do profissional de Educação Física, que ao ter contato com os indivíduos PCDs “se sentem impotentes”.

Diversos instrumentos legais foram implementados pelo governo federal, a fim de garantir o direito de todas as pessoas independente de limitações tenham acesso irrestrito à educação, ao esporte e ao lazer em quaisquer estabelecimentos públicos (GORGATTI; COSTA, 2005).

Porém, de acordo com Silva (2008, p.9), ainda nos deparamos com a falta de incentivo e estímulo, fazendo com que os PCDs se sintam excluídos e sem vontade de participar das atividades.

Gorgatti e Costa (2005, p.24) enfatizam que “não se pode aceitar que hoje, com o advento das pesquisas na área de atividade física e saúde, uma pessoa seja excluída da prática regular de exercícios por apresentar alguma deficiência”.

Para entender o porquê da existência destes fatores que não contribuem para a consolidação do esporte adaptado na escola, vamos voltar um pouco no tempo, período onde a educação física foi implementada nos currículos escolares. A Educação Física valorizava única e exclusivamente a estética corporal, automaticamente criando a ideia de exclusão dos indivíduos portadores de necessidades especiais, sendo transferidos a um lugar onde fossem tratados de forma individual, indo ao contrário do princípio da inclusão.

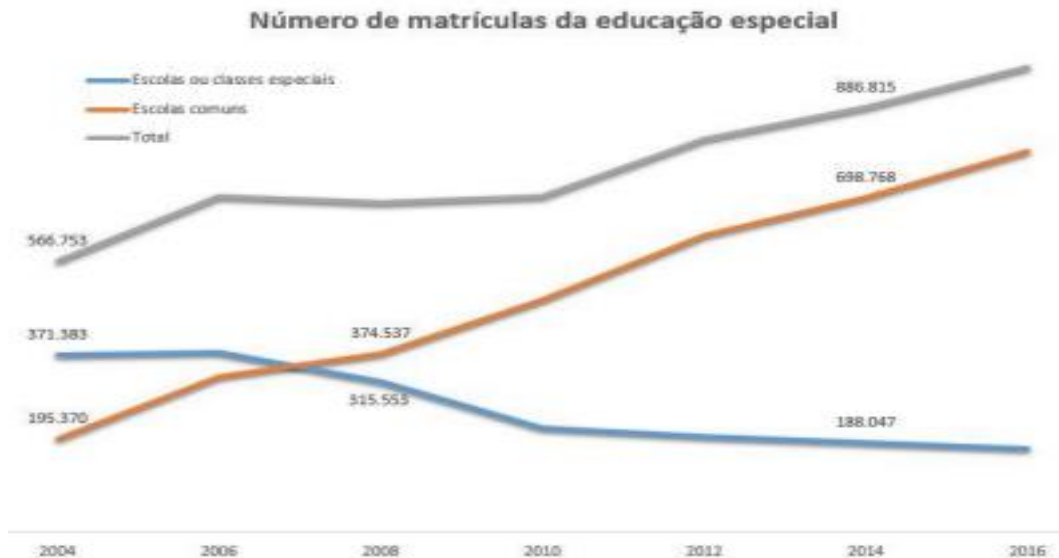
Chicon (2008, p.32) mostra que antes dos alunos participarem das aulas de Educação Física, primeiramente, tinha de ser avaliado por um médico e depois era encaminhado ao seu instrutor.

A Educação Física tem uma variedade enorme de conteúdos que buscam o desenvolvimento do indivíduo no modo geral, deste modo, também sendo de grande evidência o trabalho junto dos alunos PCDs.

Chicon (2008, p.15) afirma que apesar de termos avançado no campo jurídico de aprovar documentos referentes a esse público, ainda sim estamos distantes de alcançar uma educação de qualidade e um atendimento eficaz nesse campo.

Com base nos conteúdos abordados pela Educação Física na escola as possibilidades de trabalho são vastas, o que delimita tudo isso é o quão o professor está apto a realizar tais atividades e o quanto a escola está preparada para ofertar.

Figura 3 - Aumento do número de matrículas de alunos PCD



Fonte: Hubner, Rodrigo; Desafios e perspectivas para a inclusão escolar. p.13; PNE; 2007

Com o devido crescimento de alunos PCDs matriculados e conseqüentemente o aumento da demanda nas aulas “O que o professor pode fazer para atender adequadamente a todos os seus alunos nas aulas de Educação Física?” (SILVA; JUNIOR; ARAUJO 2008).

O Plano Nacional de Educação, de 2001 (p.129/130), enfatiza a necessidade de professores preparados para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, deixando claro o dever das instituições de educação superior, no que diz respeito à formação de profissionais qualificados para atender pessoas com necessidades especiais. (BRASIL, 2001).

A formação inicial dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos do art. 62 da LDB, onde a finalidade de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o grau de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário (BRASIL, 2001).

Deste modo, para que haja uma preparação adequada, é importante que os profissionais envolvidos nesse processo conheçam os Princípios da inclusão, os quais baseiam-se em Sasaki (1997, p.22), sendo: aceitação das diferenças, valorização do indivíduo, cooperação, convivência com a diversidade.

As conhecidas propostas educacionais, que se atentam à inclusão, geralmente seguem idéias conservadoras, as quais têm como ênfase a tolerância e respeito ao outro, esses sentimentos devem ser analisados de forma a entender plenamente sem esconder a verdadeira composição (MANTOAN, 2004).

Inclusão social é algo complexo e que envolve todas as esferas da sociedade e quando falamos em inclusão, o que estamos falando é de corpos que estão fora dos “padrões da normalidade” (física, comportamental e social), e que necessitam de superação e compreensão dos ditos “normais” para serem aceitos (DUARTE, 2003).

Para Block (1992, p.7) e Duarte(2003, p.12) o conceito de inclusão social se dá pelo processo pelo qual as pessoas com deficiência de qualquer tipo de necessidade especial se preparam para assumir papéis na sociedade e, simultaneamente, a sociedade se adapta para atender as necessidades de todas as pessoas.

Assim, o professor se torna o principal mediador deste processo de formação e inclusão, onde muitas vezes deverá intervir de forma que vá além do que foi proposto, tendo a percepção de qual abordagem usar em determinado momento e nas aulas de Educação Física não se tornam diferentes.

Para Mendes e Chicon (2009, p.9), é o professor que, se olhar as crianças com necessidades educacionais especiais com os olhos da possibilidade já terá dado o primeiro e mais importante passo rumo à inclusão.

E de acordo com Cidade e Freitas (1997, p.36).

A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O Programa de Educação Física quando adaptado ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação.

Os jogos paralímpicos têm como principal objetivo a inclusão, porém, alinhado a tudo isso podem ser trabalhados integralmente e de maneira eficaz que vão de encontro às necessidades únicas dos indivíduos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diversas iniciativas do esporte paralímpico na escola, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, mas também no Brasil, foram avaliadas com efeito positivo na educação baseada em valores (ROBLES-RODRIGUEZ, 2017).

Na opinião de jovens sem deficiência, que tiveram experiência na prática dos jogos paralímpicos, em comparação com os esportes convencionais, favorecem a formação de valores, sensibilização social, participação e reflexão crítica (ROBLES-RODRIGUEZ, 2017).

Para GRENIER (2012, p.9)

Proporcionar experiências similares às vivenciadas por pessoas com deficiência pode ser um método interessante de inclusão, isso porque o esporte paralímpico pode fazê-los refletirem mais sobre se colocar no lugar do outro, sobre o quanto uma prática esportiva pode influenciar na condução e na integração desse indivíduo em um grupo social.

A inclusão dos jogos paralímpicos pode ser ofertada de forma teórica e prática, fazendo com que a discussão sobre o tema esteja inserida. Seguindo esse sentido, estratégias que combinam ambos os métodos têm sido mais eficientes para produzir atitudes positivas e reduzir pensamentos estereotipados sobre a deficiência. (ALTWASSER, 2006).

Outra forma de abordar a temática dos jogos paralímpicos na escola seria planejando sessões de aulas em sequência, com o objetivo de conhecer e se aprofundar nos diversos tipos de jogos. Essas intervenções já foram capazes de mostrar resultados muito positivos, (ALMEIDA & GRENIER, 2015).

O esporte adaptado não pode ser ofertado somente de prática para prática, é necessária uma reflexão intencional planejada e provocada pelo professor. Para Grenier (2015, p.24) a exibição de vídeos sobre os esportes durante as aulas facilita o entendimento dos alunos e despertam ainda mais a curiosidade e observações sobre a pessoa com deficiência e suas habilidades.

O intuito da proposta da inserção do esporte paralímpico, como conteúdo de um plano de trabalho, é que a escola e os projetos esportivos colaborem para o conhecimento e a aquisição de uma cultura esportiva paraolímpica, e que, além da produção desse conhecimento, utilizem o esporte como meio de promoção de valores, percepções positivas, inclusão e igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. BARBOZA (2020, p.8).

Barboza (2020, p.36) enfatiza que, utilizar o ensino paralímpico como conteúdo da Educação Física é uma forma de desenvolver uma abordagem mais inclusiva e conscientizar o aluno sem deficiência, a fim de reduzir estigmas frequentemente associados à deficiência.

Caputo e Ferreira (2000, p.34) afirmam que:

A grande dificuldade, todavia, tem sido o despreparo do corpo docente nas universidades para a formação desses recursos, além das carências de referências bibliográficas, pois até a década de 70, não existiam, nos cursos de graduação em Educação Física uma disciplina específica cujo conteúdo programático abordasse a atividade física direcionada a portadores de necessidades especiais.

Ao adquirir competência, o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola, os obstáculos que se opõem à sua ação competente (SAVIANI, 2010). Hoje o tema é incluído nas universidades e instituições formadoras destes docentes, mas as informações e conteúdos disponibilizados são insuficientes.

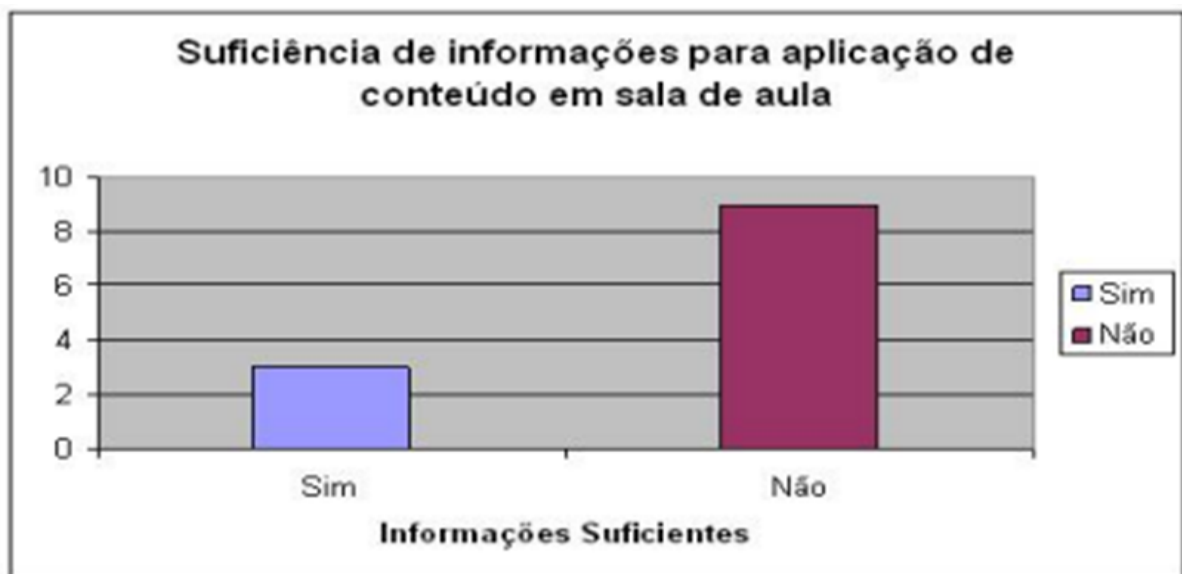
Segundo ANACHE (2011, p.53)

A educação de profissionais da educação, mais especificamente de professores, também é influenciada pelas mudanças ocorridas na sociedade, no mundo do trabalho e na economia do país. A educação especial é fruto da mudança da forma de pensar de uma sociedade, ou seja de suas concepções do progresso das políticas públicas e dos movimentos sociais que pressionam o Estado na consolidação de seus direitos como sujeitos sociais.

A educação de profissionais da educação, mais especificamente de professores, também é influenciada pelas mudanças ocorridas na sociedade, no mundo do trabalho e na economia do país. A educação especial é fruto da mudança da forma de pensar de uma sociedade, ou seja de suas concepções do progresso das políticas públicas e dos movimentos sociais que pressionam o Estado na consolidação de seus direitos como sujeitos sociais.

A formação dos profissionais da Educação Básica é responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, onde a finalidade de pesquisa, ensino e extensão podem garantir o grau de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário (BRASIL, 2001).

Figura 4 - Gráfico da insuficiência de informações sobre o tema para aplicação nas aulas.

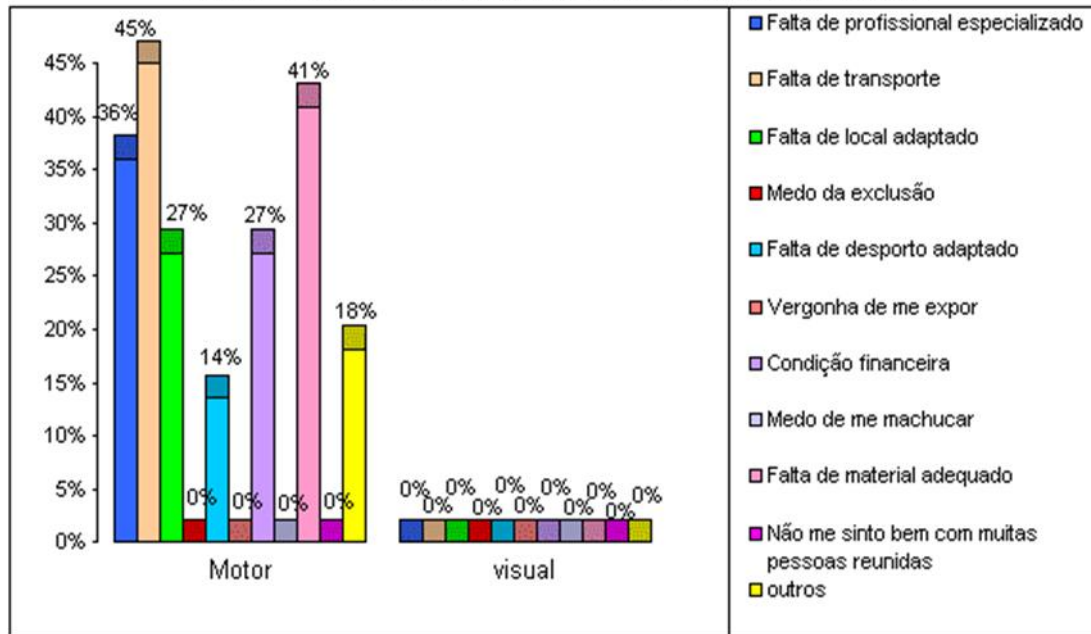


Fonte: Braga, Gabriella. Expectativas para a Educação Física adaptada: Novos caminhos. Revista Digital Buenos Aires; Nº 138; 2009

De acordo com Cruz (2005, p.4) , os professores se sentem despreparados para realizar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas e, com base nessa informação e nos estudos, podemos afirmar que para tematizar o esporte adaptado como conteúdo de ensino.

Mas, vale lembrar que não é somente incluir os jogos paralímpicos nas aulas e no ambiente escolar, mas, valorizar e enfatizar que os objetivos, conteúdos e métodos valorizam a diversidade humana está comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva.

Figura 5 - Motivos que dificultam a prática de atividades adaptadas em ambiente escolar.

Gráfico 4. Percentual dos motivos que dificultam a prática das atividades esportivas adaptadas

Fonte:

Moreira, Wellington. Fatores que influenciam a adesão de deficientes motores e deficientes visuais à prática desportiva. Revista Digital, Buenos Aires N° 104; 2007

Os jogos paralímpicos ofertados em ambiente escolar são muito escassos. Esse cenário pode ser influenciado pela escassez de estudos que se debruçam sobre o tema e também falta de oferta de disciplinas curriculares que tratam do tema de maneira adequada durante a Formação inicial dos professores de Educação Física. (ANTUNES, 2020).

A universidade enquanto agência de formação, além de produzir conhecimento tem a responsabilidade de qualificar os recursos humanos envolvidos, em cursos de formação inicial quanto continuada, o que é um desafio considerável para o sistema brasileiro de ensino superior (MENDES, 2006).

Têm-se os relatos de “despreparo profissional” advindo de uma formação acadêmica “frágil” em virtude da falta de contato com pessoas com deficiência; o não oferecimento da disciplina Educação Física Adaptada e o debate sobre inclusão em uma única disciplina (BRITO; LIMA, 2012; FIORINI, 2011; CRUZ, 2008; FALKENBACH et al., 2008).

Rodrigues (2005, p.24/25) aponta algumas sugestões que eventualmente permitirão avanços na proposta de Educação Física inclusiva na escola, a saber:

a) O estudo da cultura corporal de movimento proporcionada através da disciplina curricular de Educação Física é um direito. Não é uma opção descartável. Porque é um direito o nosso ponto de partida tem de ser que nenhum aluno pode ser dispensado dele.

b) A formação inicial e contínua tem de seguir modelos isomórficos, isto é, o futuro profissional tem de ser formado para conhecer e aplicar conteúdos que estejam relacionados com o que se pretende que ele venha a ser como profissional. Se os futuros profissionais forem formados para fomentar a competição, para procurarem grupos homogêneos, para a exaltação do trabalho individual como poderemos esperar que este profissional incentive nos seus alunos a cooperação, o respeito e o valor da diferença e a solidariedade.

c) A área de Educação Física pode, com rigor e com investimento, ser efetivamente uma área-chave para tornar a educação mais inclusiva e pode mesmo, ser um campo privilegiado de experimentação, de inovação e de melhoria da qualidade pedagógica na escola.

Costa e Bittar (2004, p.19) conceituam atividade física e/ou esportiva inclusiva como:

Toda e qualquer atividade que, ao levar em consideração as potencialidades e as limitações físico motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicia aos mesmos efetiva participação nas diversas atividades físicas e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento de suas competências.

De acordo com Schirmer; Browning; Bersch e Machado, (2017, p.29)

O ambiente escolar é um espaço de interação para que qualquer um tenha o aprendizado de novas habilidades. Por estarem em convívio, é uma ótima oportunidade para que os indivíduos PCDs compartilhem do mesmo ambiente e das mesmas atividades, sem exclusão por dificuldades.

O professor de Educação Física deve ir além do seu próprio conhecimento, ensinar o desconhecido estimulando sempre a criatividade dos alunos, desafiando— se a resolução de problemas, com a cooperação no desenvolvimento de tarefas, criando uma ampla descoberta de movimentos (IDEM, 2003).

Sendo assim, as experiências práticas em universidades e em âmbito escolar durante o processo de formação dos professores se tornam fundamentais, pois o professor só irá além de seu conhecimento relacionado ao tema se houver uma vivência onde o meio em que estiver inserido possa proporcionar diversas experiências que possam ser introduzidas durante o processo de formação dos indivíduos PCDs na escola.

Segundo Saviani (1995, p.12), ao adquirir competência o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola, os obstáculos que se opõem à sua ação competente.

Para Libâneo (1994, p.29), o conhecimento deve gerar uma aceitação e um entendimento que tenha relação direta com a realidade sociocultural do indivíduo, sem que haja dissociações com o mundo, a fim de gerar maior interesse de aprendizagem.

Para Ribeiro (2009, p.13) é importante o professor identificar-se como um mediador indispensável no processo de educação inclusiva, e para tal suas intervenções deverão voltar-se para além do gesto motor.

Ribeiro (2009, p.34) ainda assegura que “O aluno, por sua vez, valorizará as práticas esportivas ao notar que elas não visam apenas o gesto técnico, mas trazem também outros benefícios que serão úteis a ele em diferentes momentos de sua vida.”.

De acordo com KAFROUNI (2001, p.11)

Medidas mais urgentes para possibilitar a inclusão efetiva de pessoas com necessidades educativas especiais é a elaboração de um projeto de inclusão, a ser efetuado pelas escolas. Através de tal projeto, dificuldades podem ser abordadas como, por exemplo, a questão curricular. Um projeto de inclusão também integra as várias contribuições das diversas áreas de conhecimento presentes na escola por meio de seus profissionais, que poderiam, assim, trabalhar em busca de uma linha de ação comum. Além disso, aspectos como a prática pedagógica também podem ser abordados conjuntamente.

Com isso busca-se não só a integração do aluno diferente mas a concepção de que é a escola que deve adequar-se ao aluno e não o aluno a ela. E, nesse processo, os profissionais da educação estão totalmente implicados (BUENO, 1993).

Sendo assim, a escola tem grande importância na inserção dos jogos paralímpicos na educação básica, tendo em vista as leis e competências que a mesma oferta, e por se adequar ao aluno de forma que isso irá ser de grande valia no seu processo de ensino aprendizagem, formação e desenvolvimento.

Este processo requer inicialmente um projeto. Assim poderão ser feitas mudanças como alterações curriculares, avaliativas e metodológicas. Integrando conhecimentos, contribuindo com a interdisciplinaridade, indispensável ao processo de inclusão (SOUZA, 2001).

Para BENÍTEZ (2015, p.13)

Portanto, para que o processo de inclusão escolar atinja todos os indivíduos e crie condições sociais e pedagógicas de ensino para todos os aprendizes, é necessário compreendê-lo enquanto processo social complexo, produto de ações estabelecidas por agentes distintos envolvidos diretamente ou indiretamente com o processo de ensino -aprendizagem.

A inserção do esporte paralímpico na escola carece de estudos nesse ambiente, através de propostas diferenciadas, seja como evento ou ensino nas aulas, com modalidades esportivas, estruturado pedagogicamente para contribuir na formação dos alunos. (BORGMAN, 2015).

O termo inclusão na escola pode ser entendido como uma situação em que é imprescindível uma compreensão do aluno com deficiência, de modo que ele possa ser integrado, passando a pertencer e fazer parte integrante dela, e a escola se torna papel fundamental nesse processo (AMIRALIAN, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em nossa pesquisa, concluímos que, a instituição de ensino trabalha a inclusão como tema transversal dentro da Educação Básica, e os esportes paralímpicos acabam se tornando uma atividade interdisciplinar, porém, alinhado ao contexto geral da escola, tem grande contribuição para com o indivíduo PCD nas aulas de Educação Física, sendo assim, permitindo realizar os objetivos do processo de aprendizagem, compreender a Educação Inclusiva e seus propósitos e favorecer o desenvolvimento geral dos educandos.

Sendo assim, os esportes paralímpicos quando trabalhados de forma integrada se torna benéfico para os PCDs, seja no processo de inclusão, desenvolvimento motor ou social, e com isso a capacitação dos professores e educadores se torna fundamental para contribuir com esse processo de formação. A Educação Física tem uma variedade enorme de conteúdos que buscam o desenvolvimento do indivíduo no modo geral, deste modo, também sendo de grande evidência o trabalho junto dos alunos PCDs.

A inclusão dos esportes paralímpicos na educação básica depende de fatores que só realizam suas funções se alinhados e trabalhados em conjunto, tais como o despreparo do profissional de Educação Física, que muitas vezes não sabe como desenvolver jogos e atividades adaptadas

em suas aulas, e da dificuldade das escolas em disponibilizar recursos para que o mesmo profissional tenha condição de ir além, realizando atividades onde consiga incluir os esportes adaptados nas aulas., recursos materiais ou até mesmo meios de capacitar o profissional.

A escola tem papel fundamental no processo de inserção dos esportes paralímpicos na educação básica, proporcionando aos educandos oportunidades de aprender e obter conhecimento sobre o esporte destinado a pessoas com deficiência, e conseqüentemente sabendo seus benefícios e o mais importante, compreendendo a si mesmo, e aceitando por meios de caminhos que contribuem para atitudes e pensamentos positivos sobre suas limitações. Aproximar o indivíduo com os esportes paralímpicos reduz a distância entre a sociedade e a realidade, contribuindo para que eles enxerguem que não são diferentes dos demais.

Não podemos apontar o profissional de Educação Física como o único fator para a não inclusão dos esportes paralímpicos nas aulas se o mesmo não for capacitado para realizar tais atividades com os educandos e se a escola não estiver preparada para inserir os jogos paralímpicos na Educação Física. O professor acaba se tornando o principal responsável por lidar diretamente com os educandos, porém está isento se o mesmo não for preparado para estar no mesmo ambiente contribuindo para o desenvolvimento de todos, principalmente dos alunos PCDS e se as mesmas não forem incluídas como atividades ofertadas pela escola.

Ao oportunizar essa capacitação dos profissionais não se obtém somente o conhecimento e a relevância sobre o tema, mas, em enxergar como a sua capacitação é fundamental, e ainda mais importante, estar preparado para ensinar. Assim, as atividades antes do professor estar em ambiente escolar não servem somente para contribuir com os alunos, mas, para contribuir também com seu próprio conhecimento, na qual se deve aprender a ensinar para poder ensinar.

Inserindo cada vez mais os esportes paralímpicos na instituição de ensino, trazemos benefícios não só para as aulas de Educação Física, mas para a progresso geral da escola, para os futuros professores e para as instituições e universidades que propõe a educação inclusiva como matéria, analisando o impacto positivo que a prática das modalidades podem causar, assim, servindo de espelho para as demais e tornando cada vez mais popular e importante.

Os esportes paralímpicos são variados e cada um deles requer uma metodologia de trabalho diferente, além de outros fatores que fazem com que o professor não tenha recursos e até mesmo preparo para realizar as mesmas em suas aulas, porém, o professor tem algo muito importante a seu favor, que é a autonomia em realizar diversas atividades que visam o

desenvolvimento e a formação dos alunos, e com essa autonomia surgem novos métodos de inclusão que trabalhados em conjunto com os demais profissionais da área, vão se inserindo cada vez mais no dia a dia dentro das escolas.

Os esportes paralímpicos se tornam uma importante ferramenta quando o assunto é inclusão social. Além de promover a convivência em grupo, atividades desse tipo ajudam no crescimento pessoal, na percepção da participação de cada um na sociedade, no aprimoramento da disciplina, no respeito ao próximo, entre diversos outros aspectos. Os esportes paralímpicos abrem as mentes mais fechadas, para que reconheçam o valor e a capacidade de portadores de deficiência, rompendo preconceitos, além de fazerem com que crianças e jovens deficientes saiam de si mesmos, superem quaisquer complexos de inferioridade e vivam sua vida normalmente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Edison. Educação inclusiva: um estudo na área da Educação Física - Revista Brasileira de educação especial, N°2005

ANTUNES, Marcelo Moreira. O esporte adaptado na escola: reflexões a partir da produção acadêmica nacional. CAp-UERJ, 2020.

BELTRAME, André Luis Normanton; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Atendimento especializado em esporte adaptado: discutindo a iniciação esportiva sob a ótica da inclusão. Revista Educação Física, N°3, UEM, 2015.

CHEREGUINI, Paulo. Educação Física aplicada ao transtorno do espectro do autismo . FMB, 2020

CHICON, José Francisco. Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar. Revista Movimento, 2008.

CORRÊA, Clacy Somenzi. O desafio da inclusão no ambiente escolar: Um estudo no município de Londrina, PR. UTFPR, 2014.

CUNHA, Leonardo Miglinas. O esporte adaptado como conteúdo nas aulas de educação física. Centro de Educação Física e Desporto, programa de pós-graduação em Educação Física. UFES, 2013.

EUGENIA, Ruth; FREITAS, Patrícia Silvestre. Educação Física e inclusão: Considerações para a prática pedagógica na escola. UNESP, 2012

FARIA, Fernanda Rosch de; BORGES, Mariane; BURATTI, Jessica Reis; NOGUEIRA, Claudio Diehl; VIEIRA, Ivaldo Brandão; GODOY, Priscila Samora; GORLA, José Irineu. Antropometria e desempenho motor de atletas de futebol de 7. Educación Física y Ciencia, vol. 20, Universidad Nacional de La Plata, Argentina , 2018.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de Educação Física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. Revista Brasileira de educação especial, N° 3, Marília-SP, 2014.

GORLA, Jose Irineu; BURATTI, Jessica Reis; SOUZA, Nayara Christine; COELHO, Viviane Ceccato; ASSOUF, Eliana. Análise da variabilidade do funcionamento do sistema nervoso autônomo de atletas com paralisia cerebral da modalidade de futebol pc.. Revista científica de neurometria, 2019.

GRUBANO, Everson Cardoso. O esporte adaptado como fator de inclusão social para pessoas com deficiência física. UNESC, 2015

MAGNO, Cleide Maria Velasco. Inclusão escolar nos anos iniciais: saberes e práticas docentes em sala regular com estudante com necessidades educativas especiais. UFP, 2014.

MAHL, Eliane; BRUNIERA, Carolina Bonatto; COSTA, Larissa da. Contribuições do esporte adaptado para a inserção social das pessoas com deficiência. Revista Digital Buenos Aires, Nº 194, 2014.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; DUARTE, Edilson; GUTIERREZ, Gustavo Luiz; ALMEIDA, Jose Julio Gavião de; MIRANDA, Tatiane Jacusiel. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. Revista Brasileira de Educação Física e esporte, Nº4, UEC, 2009.

MENDES, André Paulo da Silva. Análise subjetiva dos professores de Educação Física sobre a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar. PUCC, 2013

PINTO, Ricardo Figueiredo; SILVA, Tassia Fernanda Miranda da. Os desafios do professor de Educação Física na educação especial. UEPA, 2012

STRIJKER, Bertha Emilia; FRASSON, Antonio Carlos. Portadores de necessidades especiais: O esporte como fator de inclusão social. UEPG, 2013.

ZANCANARO, Tania Mara; CAVALHEIRO, Solange. Inclusão de crianças com deficiência nos anos iniciais da educação básica: Olhares docentes. UNICHAPECÓ, 2013.